

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

O ESTADO DO PARANÁ, representado pelo Procurador-Geral do Estado subscritor, e os devedores abaixo qualificados:

Qualificação do devedor:

MASSA FALIDA DE USINA SANTA CRUZ, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (CNPJ 01.793.707/0001-65)

Endereço: ROD PR 218 SN - Km 115 Lte 132A, Zona Rural de Santa Cruz de Monte Castelo/PR

doravante denominado “devedor”, representado por seu síndico Cleverson Marcel Colombo, inscrito na OAB/PR sob nº 27.401, com fundamento no art. 171 da Lei Federal n. 5.172, de 25 de outubro de 1966, na Lei Estadual n. 21.860, de 15 de dezembro de 2023, e no Decreto Estadual n. 7.855, de 06 de novembro de 2024, FIRMAM o presente termo de **TRANSAÇÃO INDIVIDUAL**, conforme segue:

1. OBJETO

CLÁUSULA 1ª. A presente transação individual objetiva o equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa do Estado do Paraná em nome do devedor, de forma a equilibrar os interesses de ambas as partes, visando ao encerramento dos litígios judiciais e à quitação dos débitos, observadas as previsões descritas neste instrumento.

CLÁUSULA 2ª. São objeto do presente termo de transação individual os débitos exigíveis abaixo indicados, que totalizam **R\$ 256.683,24 (duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos)**, atualizados até SETEMBRO de 2025, conforme relatório de pendências de certidão constante no ANEXO I:

Certidões de Dívida Ativa: 2219498-4, 2227738-3, 2236359-0, 2262272-2, 2270266-1, 2308538-0, 2315899-0, 2323731-8, 2325657-6

2. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS DOS DEVEDORES

CLÁUSULA 3ª. O devedor aceita as condições da presente transação e assume os seguintes compromissos e obrigações:

- I - obedecer às disposições legais, regulamentares e do presente termo;
- II - fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral do Estado conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;
- III – informar previamente à PGE/PR a alienação e/ou disposição de bens e direitos, inclusive o valor da operação, ainda que não oferecidos em garantia desta transação, bem como o recebimento de precatório e/ou levantamento de depósito judicial;
- IV - não utilizar a transação de forma abusiva, com a finalidade de limitar, de falsear ou de prejudicar, de qualquer forma, a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;
- V - não utilizar pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, os seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo do Estado do Paraná; VI - não alienar nem onerar bens ou direitos dados em garantia de

cumprimento da transação ou com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos respectivos;

VII - desistir das impugnações ou dos recursos administrativos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações ou recursos, mediante apresentação de cópia das petições devidamente protocolizadas;

VIII - renunciar a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, inclusive as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, mediante apresentação de cópia das petições devidamente protocolizadas;

IX - desistir de defesas em cautelares fiscais e incidentes de desconconsideração de personalidade jurídica, bem como de ações judiciais, dos embargos à execução fiscal de exceções de pré-executividade recursos judiciais, e renunciar ao direito no qual se funda a ação, apresentando cópia das petições devidamente protocolizadas, através do protocolo eletrônico;

X - peticionar nos processos judiciais que tenham por objeto as dívidas envolvidas na transação, inclusive em fase recursal, para noticiar a celebração do ajuste, informando expressamente que arcará com o pagamento da verba honorária devida a seus patronos e com as custas incidentes sobre a cobrança;

XI - não ingressar com ações judiciais, individuais ou coletivas, que tenham por objeto as dívidas incluídas na transação, uma vez que o aceite implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos abrangidos pela transação, nos termos dos artigos 389 a 395 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

XII - comprovar a quitação ou pagamento da primeira parcela dos honorários de sucumbência devidos nas execuções fiscais e dos honorários de protesto referentes aos débitos abrangidos pela transação, como requisito para emissão do Termo de Parcelamento (TAP);

XIII - arcar com os honorários de seus patronos fixados por decisões judiciais proferidas nas execuções, nas ações antiexacionais e nos embargos à execução cujos débitos foram incluídos na transação, haja vista o disposto no artigo 90, caput, da Lei federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

XIV - concordar com a manutenção das garantias já constituídas nos autos judiciais, ainda que dispensada a apresentação de novas garantias para fins de adesão à presente transação;

XV - solicitar a transferência de garantias já constituídas em ação antiexacional ou cautelar para a respectiva execução fiscal;

XVI - regularizar, no prazo de noventa dias contínuos, os débitos que vierem a ser inscritos em dívida ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização do acordo de transação;

XVII - concordar com o levantamento pela Procuradoria-Geral do Estado de todos os depósitos judiciais existentes nas ações cujos débitos a serem transacionados são discutidos, apresentando cópia da petição protocolada requerendo a conversão em renda em favor do ente estadual de depósito judicial eventualmente existente;

XVIII – no tocante às dívidas ativas de ICMS, obrigatoriamente, recolher o imposto declarado por qualquer modalidade (EFD, GIA-ST ou DSTDA) relativo às competências cujo prazo de vencimento ocorra a partir da proposta.

§ 1º O devedor apresenta neste ato:

I - inequívoco reconhecimento e confissão irrevogável e irretratável dos débitos relacionados na CLÁUSULA 2ª do presente termo, nos termos dos arts. 389 e 395 da Lei Federal n. 13.105, de 16 de março de 2015, renovada a cada pagamento periódico, ainda que a guia de recolhimento esteja vinculada a apenas uma das inscrições, produzindo-se os efeitos do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, c/c art. 202, VI, do Código Civil, servindo para interromper e suspender o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do acordo, enquanto vigente a presente transação; e

II - aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas na Lei n. 21.860, de 2023, no Decreto n. 7.855, de 2024, e demais normas infralegais aplicáveis à espécie.

§ 2º O devedor declara que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiram informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores.

§ 3º O devedor, expressamente, desiste e renuncia às alegações de direito nas ações de matéria tributária que envolvam os débitos abrangidos por esta transação individual, em relação às quais deverá haver desistência recursal e renúncia às alegações de direito por petição nos autos, comprovadas à Procuradoria-Geral do Estado, no prazo de 30 (trinta) dias contínuos, contados da data da celebração do termo de transação, mediante apresentação de cópia das petições devidamente protocolizadas, sob pena de rescisão do acordo.

§ 4º É dever da parte aderente emitir a Guia de Recolhimento do Estado do Paraná (GR-PR) correspondente à parcela única do débito transacionado.

§ 5º Após a celebração da transação, o devedor poderá ser notificado para comprovar o cumprimento das obrigações previstas neste termo, sob pena de rompimento do ajuste.

3. OBRIGAÇÕES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

CLÁUSULA 4ª. A Procuradoria-Geral do Estado do Paraná obriga-se a:

I - prestar todos os esclarecimentos acerca da situação econômica do devedor, inclusive os critérios para definição de sua capacidade de pagamento e do grau de recuperabilidade de seus débitos, bem como as demais circunstâncias relativas a sua condição perante a dívida ativa do Estado;

II - presumir a boa-fé do devedor em relação às declarações prestadas no momento da celebração do acordo de transação;

III - notificar o devedor sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo para regularização do vício;

IV - tornar pública a transação firmada, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.

4. PLANO DE AMORTIZAÇÃO

CLÁUSULA 5ª. O devedor se obriga a amortizar os débitos que se encontram relacionados na CLÁUSULA 2ª do presente termo, cujo valor total, sem descontos, perfaz o importe de R\$ 256.683,24 (duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos), atualizado no mês de SETEMBRO de 2025.

§ 1º Nos termos autorizados pelo art. 14, §2º, incisos I e II, da Lei n. 21.680/2023 c/c art. 18, inc. II, “b”, art. 22, inc. II, “b”, art. 32 e Anexo I, todos do Decreto n. 7.855/2024, sobre o valor total mencionado no caput será aplicado o desconto de 70% sobre juros e multa, vedada a incidência sobre o principal do débito, haja vista tratar-se de empresa falida, e, portanto, com presunção legal de baixa perspectiva de recuperação e de baixíssima capacidade de pagamento (DD).

§ 2º O **valor líquido objeto da presente transação**, resultado da aplicação do desconto previsto no §1º, é no importe de **R\$ 127.840,79 (cento e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta reais e setenta e nove centavos)**, atualizado no mês de SETEMBRO de 2025, conforme cálculo constante no ANEXO II, sujeito à atualização no momento da emissão da GR-PR.

§ 3º O pagamento dos débitos indicados na CLÁUSULA 2ª do presente termo será à vista.

§ 4º Os honorários advocatícios para os créditos ajuizados e protestados e que serão quitados com as concessões do presente termo serão devidos segundo percentuais fixados pelo Juízo da execução fiscal ou em outro procedimento de cobrança em que sejam devidos, calculados sobre o valor do crédito após a redução, podendo ser objeto de parcelamento mediante pedido expresso dirigido ao Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado ou à Caixa Especial de Sucumbência, dependendo do regime jurídico e na forma das regras aplicáveis à

espécie, vedada a restituição ou compensação de valores eventualmente recolhidos com fundamento nas normas até então vigentes.

CLÁUSULA 6ª. Os débitos objeto da transação individual somente serão extintos quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração do acordo.

CLÁUSULA 7ª. O devedor concorda com o levantamento pela Procuradoria-Geral do Estado de todos os depósitos judiciais existentes nas ações cujos débitos a serem transacionados são discutidos, caso haja, devendo apresentar cópia da petição protocolada requerendo a conversão em renda em favor do ente estadual de depósito judicial existente para abatimento no valor líquido do débito transacionado.

§ 1º Os valores dos depósitos judiciais existentes nas execuções fiscais serão utilizados para quitação da primeira parcela do parcelamento resultante do presente termo e o valor remanescente para abatimento no saldo do parcelamento, devendo, para tanto, o devedor adotarem as medidas estabelecidas na cláusula anterior.

CLÁUSULA 8ª. O vencimento da parcela única ocorrerá no último dia útil do mês da assinatura do termo de transação.

CLÁUSULA 9ª. O pagamento da parcela única deverá ser efetuado exclusivamente mediante GR-PR emitida pelo devedor, sendo considerado sem efeito, para qualquer fim, eventual pagamento realizado de forma diversa.

CLÁUSULA 10. É de inteira responsabilidade do devedor o pagamento das parcelas, caso aplicável, no prazo aqui estipulado e a emissão das guias necessárias.

CLÁUSULA 11. O não pagamento da entrada e/ou da primeira parcela integralmente na data do seu vencimento, caso aplicável, impede a consolidação da conta e gerará o cancelamento da transação.

5. GARANTIAS

CLÁUSULA 12. A celebração da transação implica a manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de garantias oferecidas administrativa ou judicialmente, de medidas judiciais adotadas pelo Estado como, por exemplo, pedido de redirecionamento, medida cautelar fiscal e incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

CLÁUSULA 13. O gravame vigorará pelo prazo do acordo de transação avençado, se regularmente cumprido, ou até o efetivo pagamento das dívidas.

6. PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA 14. Durante a vigência da presente transação:

I - as execuções fiscais ficarão suspensas conforme o artigo 151, VI, do CTN;

II - os processos judiciais cujos débitos foram incluídos na transação permanecerão suspensos até a decisão que o extinguir com resolução de mérito, nos termos artigo 487, III, alínea "c", da Lei federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), homologando a renúncia a ser formulada pelo devedor. **CLÁUSULA 16.** O devedor expressamente desiste das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos relacionados na CLÁUSULA 2º do presente termo e renunciam a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo e/ou recurso com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei n. 13.105, de 16 de

março de 2015 - Código de Processo Civil.

§ 1º A desistência e a renúncia de que trata o caput não eximem o devedor do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais eventualmente devidos.

§ 2º Cabe ao devedor peticionar nos processos judiciais de que cuida esse termo noticiando ao Juízo a celebração do acordo de transação individual.

7. CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

CLÁUSULA 15. As inscrições arroladas na CLÁUSULA 2ª do presente termo não constituirão impedimento à emissão de certidão positiva com efeitos de negativa em favor do devedor, desde que cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 do CTN e todos os compromissos, as condições e as obrigações acordadas nesta transação.

8. DA RESCISÃO

CLÁUSULA 16. A transação celebrada no presente termo será rescindida nas seguintes hipóteses:

- I - descumprimento das condições, das cláusulas ou dos compromissos assumidos no presente termo;
- II - rescisão do eventual parcelamento concedido no âmbito da transação;
- III - constatação de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;
- IV - prática de conduta criminosa na sua formação, como prevaricação, concussão ou corrupção passiva;
- V - decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica transigente;

- VI - ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto à pessoa ou ao objeto do conflito;
- VII - inadimplemento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou do saldo residual, por prazo superior a 60 (sessenta) dias;
- VIII - subsistência de ações judiciais, individuais ou coletivas, e/ou recursos que tenham por objeto as dívidas incluídas na transação, mesmo a despeito do pagamento integral do crédito final líquido consolidado;
- IX - ingresso de ações judiciais, individuais ou coletivas, que tenham por objeto as dívidas incluídas na transação ou o acordo em si, mesmo a despeito do pagamento integral do crédito final líquido consolidado;
- X - fornecimento de informações incorretas acerca de depósito judicial ofertado à transação;
- XI - inadimplemento por prazo superior a 90 (noventa) dias contínuos, contados do vencimento, dos débitos que vierem a ser inscritos em dívida ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização do acordo de transação;
- XII - a inobservância de quaisquer disposições legais e do regulamento da transação.

CLÁUSULA 17. Caso o devedor deixe de ofertar, no momento da adesão, depósitos judiciais existentes, esses valores serão levantados e alocados como antecipação de parcelas.

CLÁUSULA 18. A rescisão implicará a perda dos benefícios concedidos e a retomada da cobrança dos débitos na sua integralidade, deduzidos os valores já pagos, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação e neste termo de transação.

CLÁUSULA 19. O devedor será notificado da rescisão da transação exclusivamente por meio eletrônico, pelo endereço informado pelo requerente.

CLÁUSULA 20. O devedor terão conhecimento das razões determinantes da rescisão e poderá regularizar o vício, quando sanável e proveniente de erro escusável, ou apresentar impugnação, ambos no prazo de 15 (quinze) dias, preservada em todos os seus termos a transação durante esse período;

CLÁUSULA 21. São considerados vícios sanáveis os que não acarretarem prejuízos ao interesse público e ao interesse da Administração, não se enquadrando o inadimplemento de parcela.

CLÁUSULA 22. A impugnação deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos.

CLÁUSULA 23. Compete ao Procurador-Coordenador da Divisão de Transação Tributária a análise da impugnação apresentada contra a rescisão da transação.

CLÁUSULA 24. O interessado será notificado da decisão, por meio eletrônico, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias úteis, com efeito suspensivo.

§1º O recurso administrativo deverá expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação;

§2º Caso o Procurador-Coordenador da Divisão de Transação Tributária não reconsidere a decisão, encaminhará o recurso ao Procurador-Chefe da Coordenadoria de Assuntos Fiscais, que decidirá no prazo de 30 (trinta dias), prorrogáveis por igual período;

§3º Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pelo interessado, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irresignação.

CLÁUSULA 25. A transação rescindida impossibilita a formalização de nova transação pelo contribuinte pelo prazo de 3 (três) anos contados da data da rescisão, ainda que o novo pedido verse sobre outros débitos.

CLÁUSULA 26. A rescisão da transação autoriza o pedido de convolação da recuperação judicial em falência pela Procuradoria Geral do Estado, nos termos do artigo 73, V, da Lei federal nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 27. O prazo de vigência da presente transação será até o vencimento ou pagamento da parcela única, o que ocorrer primeiro, e de suas verbas acessórias e consectários legais.

CLÁUSULA 28. A presente transação vincula e produz efeitos ao devedor, seus sucessores, adquirentes a qualquer título, ainda que o Estado do Paraná não tenha tido qualquer tipo de conhecimento de eventuais mudanças contratuais, societárias, sucessórias, sendo transmitidos todos os direitos e obrigações do presente instrumento.

CLÁUSULA 29. A transação, uma vez celebrada, será publicada no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado, resguardadas as informações legalmente protegidas por sigilo.

§1º Ressalva-se da previsão do caput, a minuta ou simples proposta de transação, assim como as informações, os termos e condições que lhe fazem parte, enquanto não assinado, estando todos acobertados por sigilo fiscal, sendo vedada a divulgação no todo ou em parte, sujeitando-se o infrator às penalidades cabíveis.

§2º Nos mesmos termos previstos no caput, é igualmente vedada a utilização dos termos e condições previstos na presente transação para demandar

igualdade de condições ou proposta para outros devedores pessoas físicas ou jurídicas com débitos perante o Estado do Paraná.

§3º As previsões da presente transação igualmente importam em sigilo profissional e sua transgressão ensejam medidas disciplinares na respectiva entidade de classe.

CLÁUSULA 30. Visando atender aos princípios da eficiência e da cooperação entre as partes, a comunicação entre elas será efetivada exclusivamente mediante mensagem enviada por meio eletrônico ao endereço de e-mail informado pelo requerente.

Parágrafo único. Em caso de substituição dos procuradores/representantes, incumbe às partes o ônus de informar a ocorrência do fato, sob pena de se considerar válida eventual comunicação enviada ao procurador anterior.

CLÁUSULA 31. A celebração desta transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelo devedor, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias.

CLÁUSULA 32. Esta transação não interfere em quaisquer outras inscrições no CADIN ou qualquer outro cadastro restritivo que porventura tenha ou venha a ter por questões alheias ao objeto do presente termo.

Parágrafo único. Os débitos do na CLÁUSULA 2ª do presente termo, enquanto permanecerem transacionados, terão sua inscrição suspensa no CADIN.

CLÁUSULA 33. É inválida qualquer interpretação das cláusulas que implique redução do montante dos créditos inscritos ou renúncia às garantias e privilégios do crédito tributário e à garantia ofertada.

CLÁUSULA 34. Os casos omissos, especialmente os acobertados pela teoria da imprevisão, relativa à situação desconhecida pelas partes no presente momento,

que possa futuramente gerar demasiado desequilíbrio contratual serão resolvidos de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA 35. A presente transação começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas partes, sob condição resolutiva do pagamento da parcela única e das demais obrigações com prazos de cumprimento estabelecidos no acordo.

A esta modalidade de transação individual aplicam-se, integralmente, as disposições da Lei nº 21.860/2023 e do Decreto n. 7.855/2024, na parte em que regulamenta a transação na cobrança de débitos inscritos em dívida ativa.

Firmam as partes o presente termo para que produzam os efeitos desejados.

Curitiba, datas das assinaturas digitais.

Pelo Credor - Estado do Paraná:

Luciano Borges
Procurador-Geral do Estado

Pelo devedor – CLEVERSON

Cleverson Marcel Colombo
Síndico da devedora
OAB/PR 27.401

RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO I - Extrato de Pendências

ANEXO II - Memória de Cálculo

Documento: **TermodeTransacaoIndividualUsinaSantaCruz.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Cleverson Marcel Colombo** em 26/09/2025 15:07.

Assinatura Avançada realizada por: **Luciano Borges dos Santos (XXX.907.759-XX)** em 30/09/2025 17:29 Local: PGE/GAB/CHEF.

Inserido ao protocolo **24.387.483-1** por: **Karine Cardoso Strauss** em: 25/09/2025 16:21.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ce3c73c54fffe9abe42f92321227317a.